

# Meta é revolucionar educação

“A chave é uma revolução educacional”, prevê Hélio Jaguaribe. Ele antecipa que o projeto Brasil 2010 defenderá a adoção das medidas necessárias — desde a construção de escolas até o treinamento de professores — para que todas as crianças brasileiras possam completar com sucesso o primeiro grau. Atualmente, compara, apenas 10% da população adulta têm o primeiro grau completo, enquanto na Argentina a proporção sobe para 70%.

A primeira providência a ser defendida pelo projeto será a diminuição na duração do primeiro grau. Ao invés dos oito anos atuais, ele seria cursado em seis anos, como na Argentina. Em contrapartida, a permanência da criança na escola passaria das duas horas e meia de hoje, em média, para o mínimo de seis horas ou para o ideal de oito horas, como nos Centros Integrados de Atendimento às Crianças. “O projeto tem como meta a universalização dos Ciacs”, diz Jaguaribe.

Os estudantes também passariam a contar com a alternativa de um segundo grau profissionalizante, de quatro ou cinco anos. Nessas escolas seriam oferecidos cursos técnicos compatíveis com as principais necessidades do mercado de trabalho, para evitar a situação atual, em que o País conta com excesso de profissionais de nível universitário e escassez de trabalhadores com formação de nível médio.

**Emprego** — O projeto Brasil 2010 vai sugerir também a promoção de uma reforma agrária funcional, que efetivamente estimule a permanência dos trabalhadores rurais no campo. E a criação de incentivos, nas zonas urbanas, para que os empresários contratem mais trabalhadores, através de eliminação das tributações sobre a folha de pagamento, ainda demasiadamente onerada por contribuições sociais.

Para garantir uma política de pleno emprego, o projeto acrescentará a essas duas medidas a sugestão do estabelecimento de “brigadas de trabalho”. Elas seriam criadas por meio de um serviço nacional, alternativo ao serviço militar. Os jovens interessados em se manter à distância dos quartéis poderiam ser empregados, inicialmente, pelo Estado e posteriormente por empreiteiras, em grandes obras públicas como a abertura de estradas ou a construção da infra-estrutura para os assentamentos da reforma agrária.

Segundo o secretário de Ciência e Tecnologia, porém, todo esse esforço econômico e social teria de ser precedido por profundas reformas de curto e médio prazos. Para se chegar ao nível de vida desejado para o ano de 2010, esclarece, teriam de ser obtidas metas quinquenais nos anos de 2005, 2000 e 1995. Antes disso, o próprio governo Collor precisaria preparar o terreno para a volta do crescimento, através da reforma fiscal e da revisão constitucional.

A mudança institucional, na opinião de Jaguaribe, teria de ser ampla. Além de retirar da Constituição o que chama de “aspectos estagnadores e antimodernizantes”, o Congresso Nacional deveria promover alterações na legislação eleitoral, com a criação do voto distrital misto, e na lei orgânica dos partidos, para limitar o número de agremiações. O projeto também vai defender a estruturação de carreiras para o funcionalismo público, inspiradas nas atualmente existentes no Itamaraty.

Jaguaribe acredita que, para ser efetivamente implantado, o projeto Brasil 2010 teria de passar por um amplo debate na sociedade. Mesmo porque a maior parte de suas recomendações dependerá da boa vontade dos três próximos presidentes, em um País marcado pela descontinuidade administrativa.